
SPIX E MARTIUS: DOIS NATURALISTAS NA BAÍA

Alfredo Cordiviola*

RESUMO

“Spix e Martius: dois naturalistas na baía” centra-se na obra *Viagem pelo Brasil 1817-1820*, escrita pelos naturalistas bávaros Johann Spix e Karl Von Martius, e publicada em 1823. O ensaio tenta analisar as percepções do mundo natural, e da natureza brasileira em particular, elaboradas pelos “viajantes ilustrados” que visitam o país e catalogam seus recursos durante a primeira metade do século XIX, numa época em que a natureza local, vedada até 1808 pelas restrições impostas pela Coroa portuguesa, torna-se outra vez acessível ao olhar do especialista estrangeiro.

Em 1817, as expansões napoleônicas tinham já redesenhado o mapa europeu e acelerado na América o desabamento da antiga ordem colonial. Uma década antes, o avanço das tropas francesas (somado às pressões inglesas) havia obrigado ao então regente do trono de Portugal, João VI, a transladar, num gesto inédito que desviaria o curso da história brasileira, a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro.

O advento desses “fugitivos” reais alterou profundamente o status da cidade. De sediar uma das capitânias em que estava organizada a Colônia – da qual funcionava, desde 1763, como capital – converter-se-ia em centro administrativo e político do Império, invertendo (num capítulo jamais ocorrido antes nem depois no curso dos colonialismos europeus) as relações de força entre metrópole e periferia. Medidas tomadas já nos primeiros meses de 1808 – como a abertura dos portos ao comércio exterior, o levantamento da proibição de elaborar manufaturas, o

* Doutorando em Latin American Studies na Universidade de Nottingham, Inglaterra.

estabelecimento do Banco do Brasil e a aparição do primeiro periódico, a *Gazeta do Rio de Janeiro* – consolidariam esse novo estado de coisas. E embora não se possa exagerar com respeito ao significado dessas medidas (durante esse lapso, o poder continuava em mãos portuguesas, e a estrutura econômica brasileira permaneceu intocada, dependendo como antes da escravidão) é indiscutível que elas preparariam o caminho para a independência política, declarada em 1822, como para a modernização que empreender-se-ia somente durante a segunda metade do século.

Nesse período, que se fecha em 1821 com o retorno do rei a Portugal, os viajantes europeus, menos acoçados pelas suspeitas dos tempos coloniais precedentes e atraídos por interesses mercantis ou científicos, começam a se multiplicar. No Rio, chega em 1808 o inglês John Luccock, e no ano seguinte seu compatriota John Mawe, mineralogista de profissão. Também o francês Auguste de Saint-Hilaire em 1816 que, havendo percorrido extensamente o território, deixaria um corpus de obras dentre as mais valiosas da época.¹

Mas não são apenas visitantes isolados que, por uma ou outra razão, desembarcam durante aqueles anos de João VI na baía de Guanabara. Aportam também comitivas, contingentes inteiros de estrangeiros agrupados sob o lema de uma “Missão” ou “Expedição”, como os que integravam a Missão Cultural Francesa em 1816, organizada por Lebreton, e que incluía os pintores N.Taunay e J.Debret, convocados pelo rei para criar a Academia de Belas Artes. Ou os que acompanhavam, em 1815, o Príncipe Maximilien de Wied-Neuwied com intenções de estudar a flora brasileira –idêntico projeto que impulsionaria, dois anos mais tarde, os bávaros Spix e Martius.

Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius, membros da Academia de Ciências de Munique, chegam ao Rio naquele 1817 como parte da delegação que acompanhava a arquiduquesa austríaca Leopoldina de Habsburg, que vinha contrair núpcias com o filho de João VI, o futuro Pedro I, que mais tarde declararia no Ipiranga a independência. Ambos os cientistas passarão três anos adentrando-se no país e estudando suas formas, de São Paulo e Minas à Amazônia, passando pelo Distrito Diamantino e o São Francisco, para publicarem logo os volumes intitulados *Viagem pelo Brasil nos anos 1817-1820*.

Como Humboldt, Neuwied, Saint-Hilaire e Langsdorff, Spix e Martius vão ao Brasil em procura de uma natureza a qual se propõem

interpretar. O programa a ser seguido pelos naturalistas bávaros é explicado pelo narrador (utilizando uma anônima terceira pessoa):

O Dr. Spix, como zoólogo, encarregou-se de todo o reino animal, objeto de suas observações e atividades. Nesse domínio, incluíra ele tudo que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc...; e igualmente, fará observações sobre os restos existentes embaixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação.

O Dr. Martius, como botânico, assumiu o encargo de pesquisar o reino da flora tropical, em toda a sua extensão. Além de estudar, de preferência, as famílias de plantas endêmicas, competia-lhe especialmente investigar aquelas formas que, pelo parentesco ou identidades com plantas de outros países, permitem concluir qual a pátria de origem e a sua sucessiva propagação sobre a terra. Pretendia ele fazer essas pesquisas, levando em conta as relações climáticas e geológicas, e por essa razão estendê-la também aos mais humildes membros do reino das plantas, tais como os musgos, líquens e cogumelos ... Deveríamos sobretudo, além das observações e pesquisas científicas nas nossas especialidades, pressupondo mútuo auxílio e assistência entre ambos, completar, quanto possível, com remessas de exemplares dos produtos naturais de todos os reinos, as coleções da Academia, como melhor prova das observações feitas.²

Essa jubilosa variedade do mundo natural, esse complexo feixe de relações, que tanto desejavam investigar, já se lhes aparece, em toda sua plenitude, apenas ingressam na baía de Guanabara, “a grandiosa entrada do porto do Rio de Janeiro”. É a “feliz conclusão da viagem marítima”, que promete outras felicidades maiores:

Depois do meio-dia, alcançamos, aproximando-nos cada vez mais do mágico panorama, os colossais portões de rocha, e finalmente por eles entramos no vasto anfiteatro, onde o espelho do mar reluzia como sossegado lago; onde espalhadas em labirinto, ilhas olorosas verdejavam, limitadas no fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificência ... Odor ambrosiano derrama-se dessa soberba selva, e maravilhado passa o navegante estrangeiro por entre as muitas ilhas cobertas de majestosas palmeiras.³

Plenitudes, odores, formas, belezas naturais: é a natureza como festa, que se expressa no fluxo e refluxo das marés na baía, nos populo-

sos manguezais, habitados por “*Rizophora*, *Conocarpus* e *Avicennia*”, nas flores que derramam “quase entontecedoras fragâncias”, nos bosques anfíbios, entrelaçados de “gardênia, bignônias, serjânias e echites floridas”, na música irregular das rãs, na calma das noites lunares. Uma natureza sujeita a perpétuas metamorfoses, na qual “os quadros da morte e da vida mais ativa se sucedem ligeiramente aos olhos do viajante”.⁴ Sobre os troncos-esqueletos que retornam em putrefação à terra já cresce um exército de fungos; as árvores mais nobres são carcomidas por formigas e pela decomposição, que acabam derrubando-as; as cobras atendem com ansio às distrações dos passarinhos; as massas graníticas alternam em cor e em formação, se tornam íngremes e compõem gargantas apertadas no encontro de suas ladeiras; os morcegos roubam sangue, “na profunda escuridão da noite tropical”. Algo estoura, algo se mexe em cada lugar que o naturalista admira.

Nesse espetáculo, do qual agora participam, Spix e Martius têm uma função a cumprir, que excede os prazeres da mera contemplação. À diferença de outros viajantes que visitam o Brasil nessa época, como Luccock, Maria Graham ou o Rev. Walsh, os naturalistas perseguem um teimoso objetivo. O propósito que os anima remete a Linneo e a Buffon: converter as singulares manifestações do mundo natural, através de coletas, estudo e catalogação, num sistema capaz de homogeneizar as variantes e de enfatizar os nexos entre as espécies. Mas também supõe ir mais além da fragmentação e da imutabilidade implícitas no sistema linneano, em procura das mutações infinitas, constantes e imperceptíveis de um mundo natural intuído como totalidade sublime pela imaginação e pela experiência.

Systema Naturae (1735), o título da obra de Linneo (complementada por *Philosophia Botanica* (1751) e *Species Plantarum* (1753)) é, por si, eloqüente a este respeito. Denota uma tentativa de descrever e reduzir com abstrações e categorias interdependentes a complexidade da natureza, enquanto propõe construir um aparato conceitual rigoroso, que permita dar conta do conhecido, mas que ademais seja suficientemente apto para poder receber o que ainda resta ser estudado.

Spix e Martius, como tantos outros naturalistas dessa primeira metade do XIX, utilizam as tipologias de Linneo, mas não se limitam a elas. Aperfeiçoam a taxionomia, acrescentando novas espécies, mas apontam – como Buffon ao criticar a Linneo (*Histoire Naturelle*, 1749)

por decompor a unidade da natureza mediante nomenclaturas arbitrárias – a uma dimensão que exceda o marco de referência dessas redes classificatórias. Como Linneo, pretenderão também sistematizar a natureza, mas através de uma linguagem (e, fundamentalmente, através de uma representação pictórica entendida como instância suprema do conhecimento) que não se reduza apenas a uma aplicação de terminologias impessoais. Terão assim que se debater permanentemente entre uma natureza cuja própria impenetrabilidade atrai e encanta, cujas harmonias interiores remetem a uma ordem que foge ao entendimento (mas não à “emoção”), e um sistema que oferece ferramentas simbólicas para exaurir um corpus que se apresenta como inesgotável. Tentarão ordenar e dominar o caos do mundo natural, mas também haverão de render-se, extasiados, perante suas prodigiosas forças. Conhecer o visível e intuir o invisível será o desejo que os anima; conhecer o visível, às expensas de obter o aspirado acesso ao invisível, será, contudo, o indesejado estigma que os acompanha nas suas viagens.

Levar a cabo uma vasta sistematização das “criaturas naturais” (plantas, animais, indígenas, vulcões, astros) supõe necessariamente que o especialista primeiro viaje – em particular para as zonas tropicais, onde a superabundância de espécimes reina e o conhecimento falta (para colher *in situ* as amostras, para confirmar as espécies conhecidas e descobrir outras novas) – e, então, depois classifique. Viajar, descobrir, coletar, classificar são etapas sucessivas de um mesmo processo, no qual participam herboristas, zoólogos, topógrafos, etnólogos, os “viajantes ilustrados”.⁵ São impelidos por uma constante fascinação pelas origens, pelo crescimento e pelas transformações. Seus marcos de referência são o progresso e a extinção. São rigorosos e pacientes e perseguem a autenticidade, que na representação da paisagem, significa o contrário da alegoria. Seus propósitos se concentram em encontrar as leis dinâmicas que regem as mudanças: com um olho apontam ao Infinito, com o outro ao Museu, ou ao Gabinete, ou ao Jardim.

Suas presenças e seus labores põem em evidência e obedecem à aparição de um novo campo de visibilidade. Pois se a flora e a fauna constituíam já componentes convencionais do relato de viagem no século XVI – por exemplo, a *Histoire de un Voyage fait en la terre du Bresil* de Jean de Léry dedicava um capítulo inteiro à variedade de pássaros americanos e outro às “árvores, ervas, raízes e frutas deliciosas produzi-

das pela terra do Brasil”; em Pernambuco de 1600, dominado pelos holandeses, Marcgraf já tinha estudado solo, minerais e plantas, enquanto W. Piso investigava ervas medicinais – é, entretanto, a partir do século XVIII que essas atividades passam a formar parte de uma empresa de alcance global que se propõe mapear, definitivamente, cada região do planeta, seus produtos, habitantes e disponibilidades. Nessa nova ordem mundial surgida com a revolução industrial, os naturalistas iriam preparar o caminho para a expansão econômica de países europeus na busca constante de novos mercados e riquezas.

Nessa empresa se comprometem os naturalistas; vão a cavalo, com seus altos chapéus e suas barbas, acompanhados por um séquito de ajudantes, segundo revelam as aquarelas e desenhos de Ender, Debret e Rugendas. Seus instrumentos são mínimos: lentes, uma bolsa, cadernos, garrafas para transportar suas coletas, barômetros, higrômetros, termômetros; objetos que lhes outorgam um aspecto inofensivo, benigno, doméstico. Tal aspecto, entretanto, os submete ao paradoxo de encarnarem a imagem quase utópica do mero “man of pure science”⁶, interessado apenas no conhecimento desinteressado; alguém que, em maior ou menor grau, intervém no real enquanto figura não-intervencionista.⁷

Nessa imagem do homem de ciência (cuja inocência permite inclusive traçar imaculadas genealogias, que estariam já inscritas na natureza) produzir-se-ia de certo modo a simbiose entre a tarefa passada dos naturalistas e os elementos que lenta e continuamente se desenvolvem no solo. Genealogias que remetem a especialistas anteriores, como essa que Spix e Martius sonham ao se adentrarem numas das ilhas da baía de Guanabara:

Numa dessas ilhas, situada na entrada da barra e que se chama Ilha Rasa, foi que Sir Joseph Banks, quando esteve no Rio de Janeiro a comitiva de Cook, descobriu a bela *Moraea northiana* (lírio-roxo), que, desde então, é ornamento de jardins europeus. Também o incansável Commerson fez colheitas botânicas nessas ilhas e na terra firme da vizinhança, quando Bougainville entrou no porto do Rio de Janeiro; pisávamos então um solo que se tornara clássico, pelo esforços de ambos esses naturalistas. O viajante gosta de identificar as suas sensações com as de seus predecessores; assim fomos surpreendidos de modo muito agradável, quando achamos nessas ilhas, no meio de bosques, a *Moraea*, e quando nas sebes fora da cidade avistamos os arbustos da *Bougainvillea brasiliensis* de floração vermelha deslumbrante, com a

qual Commerson imortalizou o nome de seu nobre comandante. A natureza conserva as suas criações sempre bem, apesar das vicissitudes do tempo, e elas sobrevivem a todos os monumentos da grandeza humana. Neste sentido é belo o costume na botânica de imortalizar o merecimento e o nome de ilustres pesquisadores pelas próprias flores sempre renovadas.⁸

Uma ilha, na baía; ilha que é toda natureza, embora tingida já de rastros que a cultura lhe tem impresso. Uma ilha-monumento, dentro da qual o naturalista se interna, porém sem se extraviar, pois o caminho se lhe aparece pontuado de sinais que facilitam o certo e agradável reconhecimento. Na ilha de vegetação deslumbrante, palco de flores sempre renovadas, Spix e Martius encontram os vestígios, vivos ainda, quase eternos, de Banks e Commerson, mas também os de Cook e Bougainville. A floresta está completamente desabitada (numa ilha vizinha há apenas um urso, presente do governo russo). Não há indícios visíveis de corpos humanos, mas presenças invisíveis assomam-se por todas as partes. Estão numa floração vermelha, em pleno bosque; numa taxionomia de raízes latinas que concede, de uma vez e para sempre, uma dupla imortalidade: imortalidade do nome (do “nobre comandante”, mas também do naturalista, “ilustre pesquisador”, que o criou), imortalidade da espécie, já que assimilada – e tornada pública, real – pela classificação.

E, se as redes classificatórias garantem a existência do arbusto, este, por sua parte, garantirá, em cada uma das suas sementes, em cada uma de suas reproduções, a perenidade na história dos labores, fadigas e minúcias do naturalista. Pois essa seria, em definitivo, a glória máxima a que um “mero homem de ciência” poderia aspirar: a de transformar, com suas incursões, um solo (sítio igualmente à margem da história e da ciência) numa superfície “clássica”. Clássica por todo o passado que guarda em si (ainda quando esse passado se reduza ao instante, fortuito, do descobrimento), mas clássica também em relação ao porvir, pois a natureza teria a capacidade de se erguer contra as vicissitudes do tempo, e, então, perdurar, de um modo que os homens jamais conseguiriam igualar.

Várias utopias parecem se desprender dessa passagem de Spix e Martius pela baía de Guanabara. A primeira: o naturalista teria conseguido se livrar daquele *sine qua non* que mencionávamos acima: o de

resignar-se a conhecer o visível às custas de renunciar ao invisível, posto que no “solo clássico” conviviriam ambas as esferas. A segunda: a natureza pode ser pensada outra vez como totalidade, não já um universo infestado de diversidades, senão uma superfície harmônica e equilibrada, enquanto medida e classificada já pelo especialista. Ou, melhor dizendo, uma superfície canonizada, que ignora diferenças regionais e se incorpora outra vez numa continuidade lisa, compacta. A terceira: a natureza (tropical, sub-tropical) é inesgotável, pois graças aos seus constantes mecanismos regenerativos, possuiria a capacidade de resistir eternamente ao passar do tempo e às depredações. A quarta: os naturalistas formariam uma espécie de confraria, cujas influências estendem-se além dos limites temporais, inocentemente irmanada pelos mesmos desvelos e pelo mesmo desinteressado fervor.

Especialização crescente, proliferação de taxionomias, intervenções de todo tipo (militares, técnicas, administrativas), desmistificação do mundo natural: o curso do século XIX irá se encarregar de desvirtuar, uma a uma, essas premissas, formuladas por Spix e Martius numa ilha da baía, longe da cidade, sob o amparo (utópico, mas, sobretudo, ucrônico) disso que resultaram em chamar “natureza clássica”: um oxímoro.

ABSTRACT

“Spix e Martius: dois naturalistas na baía” focuses in the work *Reise in Brasilien 1817-1820*, written by the Bavarian naturalists Johann Spix and Karl Von Martius, and published in 1823. The essay tries to analyse the perceptions of the natural world, and of Brazilian nature in particular, elaborated by the “viajantes ilustrados” who visit the country and catalogue its resources during the first half of the nineteenth century, in a period in which local nature, forbidden until 1808 under the restrictions imposed by the Portuguese Crown, becomes accessible again to the scrutiny of the foreign specialist.

NOTAS

1. De Luccock, ver *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil, taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*; de Mawe, *Travels in the Interior of Brazil during*

1809 and 1810, e de Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces du Rio de Janeiro et de Minas Gerais; Flora Brasiliae Meridionalis, Plantae Usuelles des Bresiliens*.

2. Ver SPIX, J.B.e VON MARTIUS, C.F. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, v.I, p.22.
3. idem, ibidem, p.37.
4. idem, ibidem, p.77
5. Assim os chama Flora Sussekind em *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
6. “Man of pure science” é o rótulo que o viajante inglês Richard Burton, autor de *The Highlands of the Brazil* e cônsul britânico em Santos entre 1865 e 1868, aplica, com desdém, a um naturalista que visita o Brasil nessa mesma década de 1860, o suiço-americano Louis Agassiz. Ver BURTON, Richard *The Highlands of the Brazil*. London: Tinsley Brothers, 1869, p.5.
7. Ver PRATT, M.L. *Imperial Eyes. Travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992, Pratt, M.L, op.cit., pp.15-37.
8. Spix, e Martius, op.cit, vol.I, p.76